



REVISTA POLÍTICA LATINOAMERICANA

Publicación digital semestral

Director: Mario Toer

politicalatinoamericana.org/revista

BRASIL EM PERSPECTIVA

Brazil in perspective

Valter Pomar

Doutor em história e professor de economia política internacional na Universidade Federal do ABC (São Paulo, Brasil). Militante do Partido dos Trabalhadores. Integrou entre 1997 e 2013 a Comissão Executiva Nacional do PT. Foi secretário de relações internacionais do PT e secretário executivo do Foro de São Paulo.

Casilla de correo: pomar.valter@gmail.com

RESUMEN

Argentina, Venezuela e Brasil são fundamentais para a integração latino-americana e caribenha. Nos três países, as forças progressistas e de esquerda estão enfrentando dificuldades. Este artigo analisa a situação brasileira.

Palabras clave: Brasil, Economía, Política.

ABSTRACT

Argentina, Venezuela and Brazil are key to Latin American and Caribbean integration. In all three countries, the progressive and leftist forces are struggling. This article analyzes the Brazilian situation.

Key Words: Brazil , Economy , Politics

Em outubro de 2014, ocorreu o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras. A presidenta Dilma Rousseff tomou posse em seu segundo mandato no dia 1 de janeiro de 2015. Desde então, não houve um único momento de tranquilidade.

A impressão é que se vive um “terceiro turno” das eleições, com direito a manifestações de massa dos opositores, agressões verbais e físicas contra militantes e sedes do Partido dos Trabalhadores e pedidos de impeachment da presidenta.

A intensidade dos acontecimentos direciona nossa análise para os temas conjunturais e para as escolhas táticas. Mas para explicar o curso e a velocidade da conjuntura, entender algumas variáveis de médio prazo, estruturais e estratégicas, tanto nacionais quanto regionais e internacionais.

Tomando como marco o ano de 1989, os traços principais do cenário internacional são: defensiva estratégica da classe trabalhadora; hegemonia do capitalismo; crise do capitalismo; declínio da potência hegemônica; ascensão de outros polos de poder; disputa entre vias de desenvolvimento capitalista; formação de blocos regionais (Pomar, 2014). No âmbito internacional, a tendência predominante é de instabilidade, crises e conflitos.

Também tomando como marco 1989, os traços principais do cenário regional são: hegemonia econômica do neoliberalismo; disputa entre vias de desenvolvimento nacional e regional; vitórias eleitorais e forte protagonismo dos governos progressistas até 2006; desde então, crescente contraofensiva das forças conservadoras.

A contraofensiva das forças conservadoras apoia-se nos esforços que o governo Obama faz para interromper o declínio e recuperar a hegemonia dos EUA. Apoia-se, também, nas forças próprias e no aprendizado das forças conservadoras em cada país. Mas seu principal ponto de apoio está nos limites exibidos pelos governos progressistas (Regalado e Pomar, 2013).

Os governos progressistas da América Latina e Caribe são muito diversos entre si. Entretanto, todos eles enfrentam: a herança (seja colonial, desenvolvimentista conservadora e/ou neoliberal); a oposição da maior parte das classes dominantes locais; a oposição do bloco internacional liderado pelos EUA.

São “progressistas” porque, em maior ou menor medida, com mais ou menos radicalidade, querem superar a hegemonia neoliberal. Entretanto, gostando ou não disto, admitindo ou não isto, todos atuam nos marcos da hegemonia neoliberal (ou seja, ***nos marcos da hegemonia do capital financeiro e transnacional***, em especial dos EUA).

Todos os governos progressistas da região buscaram aproveitar-se da “janela de oportunidades” -- comerciais e de investimentos externos-- aberta, especialmente, entre 2000 e 2005.

De maneira muito simplificada, esta “janela” estava apoiada nas necessidades e interesses econômicos dos Estados Unidos e da China. Necessidades que geraram uma forte demanda por commodities, fornecidas entre outros pelo Brasil. Pois bem: desde a crise de 2007-2008, tanto a China quanto os Estados Unidos estão alterando os termos de sua relação (Pomar, 2015).

Entre os muitos efeitos disto, há dois que impactam pesadamente o conjunto dos denominados “países em desenvolvimento”, inclusive os latino-americanos e

caribenhos: o fim do que alguns chamam de *superciclo de commodities* e a redução (ao ponto da inversão) no fluxo de capitais vindo das "metrópoles".

Evidentemente, os governos que aproveitaram aquela “janela de oportunidades” para fazer mudanças estruturais (tanto na economia quanto na política) estavam em tese mais preparados para enfrentar a conjuntura aberta a partir de 2008.

Os governos que, pelo contrário, não fizeram reformas estruturais neste período e – pior ainda—acharam que aquela “janela” se prolongaria por ainda muito tempo, enfrentaram maiores dificuldades desde 2008.

Que tipo de mudanças estruturais deveriam ter sido tentadas?

Sobre isto há várias respostas, que correspondem aos diferentes interesses de classe e aos diferentes programas políticos existentes na sociedade brasileira. Mas existe um critério objetivo para definir qual deveria ser o “programa mínimo” das reformas estruturais: o que está no centro do conflito entre as classes (dentro de cada país) e entre os Estados (no âmbito internacional).

Tomando este critério, as mudanças estruturais que deveriam ter sido tentadas, no caso brasileiro¹, a partir de 2003, são as seguintes:

- a) desenvolvimento de uma indústria forte e tecnologicamente avançada, com os desdobramentos que isto tem no âmbito da ciência e da engenharia nacionais (sem o que não se altera o “lugar” do Brasil na divisão internacional do trabalho);
- b) constituição de um setor financeiro poderoso e público (sem o que não haverá recursos para o desenvolvimento e continuaremos submetidos à ditadura do capital financeiro);
- c) reforma agrária e universalização das políticas sociais (sem o que não há condições materiais para combinar crescimento econômico com elevação do bem-estar social);
- d) integração regional (possibilitando cadeias produtivas, economia de escala, recursos e retaguarda estratégica);
- e) ampliação da auto-organização da classe trabalhadora e ampliação das liberdades democráticas do conjunto do povo, com destaque para quebra do oligopólio da comunicação, reforma política e do Estado, outra política de segurança pública e de Defesa, outra política de educação e cultura (sem tais medidas, a classe dominante terá os meios para sabotar e reverter o processo de mudanças).

No caso brasileiro, tais mudanças estruturais não foram feitas, ***nem ao menos tentadas***. Entre 2003 e 2013, melhoramos a vida do povo, sem fazer nenhuma daquelas reformas estruturais (Dulci, 2013).

Se olharmos outros países da América Latina e Caribe, veremos situações diferentes, que ajudam a compreender porque a mesma situação internacional provoca respostas políticas distintas, ainda que dentro de uma dinâmica similar.

¹ A respeito ler a obra em dois volumes publicada por iniciativa coletiva de: Brasil Debate, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento, Fórum 21, Fundação Perseu Abramo, Plataforma Política Social, Le Monde Diplomatique Brasil e Rede Desenvolvimentista (2015). *Por um Brasil justo e democrático. Mudar para sair da crise. Alternativas para o Brasil voltar a crescer*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Uma questão é: por qual motivo no caso brasileiro aquelas mudanças estruturais não foram nem ao menos tentadas? Isso obviamente remete para as opções ideológicas, programáticas, estratégicas e táticas feitas pela maior parte da esquerda brasileira ao longo dos anos 1990, opções que vem sendo testadas a partir de 2003.

No período conhecido como **dos Fernandes** (presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, portanto de 1990 até 2002), a ofensiva neoliberal fez o país regredir, provocando como efeito colateral uma alteração nas concepções da esquerda brasileira, que fez o Partido dos Trabalhadores (força hegemônica na esquerda dos anos 1990) assumir progressivamente posições estratégicas similares às defendidas pelo Partido Comunista e pelo Partido Trabalhista Brasileiro antes do golpe militar de 1964.

A saber, estes partidos defendiam então uma aliança estratégica com setores da classe dominante, uma opção preferencial pela mudança via conciliação de classe, bem como uma tocante crença nas instituições.

Nos anos 1990, a maior parte da esquerda brasileira progressivamente voltou a acreditar, aderiu e contribuiu com a estratégia que podemos denominar como **de conciliação**. Maximizou seus efeitos positivos e minimizou seus defeitos. Mesmo os setores da esquerda que percebiam os riscos decorrentes daquela estratégia, não tomaram as medidas corretivas necessárias.

Os riscos eram de três tipos.

Primeiro, a progressiva perda de apoio na classe trabalhadora, nos setores populares em geral, nos chamados setores médios e na juventude, que de conjunto constituíram a base de apoio para o crescimento da esquerda ao longo dos anos 1990. Perda de apoio que derivaria da transição geracional, de promessas não cumpridos, da fadiga de material etc.

Segundo, o risco da melhoria das condições de vida do povo provocarem -- lembrai-vos da taxa de lucro!!!-- uma mudança na posição daqueles setores do empresariado capitalista que pareciam engajados na política de conciliação.

Terceiro, o risco de uma mudança no ambiente internacional estreitar a margem de manobra da política “ganha-ganha”, que pretendia (e durante algum tempo pareceu conseguir) **melhorar a vida dos pobres sem reduzir o lucro dos ricos**.

Quando veio a crise internacional de 2007-2008, o governo brasileiro então encabeçado pelo presidente Lula reagiu bem, optando por mais mercado interno, mais integração regional e mais Estado.

Naquela ocasião, a Petrobrás foi fundamental para o sucesso deste giro para dentro, para a região e para o investimento público.

Mas, novamente, as mudanças estruturais não foram feitas. De forma geral, podemos dizer que no caso brasileiro atua a seguinte dinâmica: quando temos força e estamos bem, prevalece a ideia de que se tentar melhorar, isto estragará tudo.

Um exemplo disto foi o debate travado, na véspera das eleições de 2010, pelo direção nacional do Partido dos Trabalhadores, mais exatamente pela então comissão de programa de governo.

Este debate demonstrou que parte importante não tinha consciência de que a “marolinha” (palavra com que Lula se referia aos impactos da crise internacional no

Brasil) converter-se-ia num tsunami (palavra adotada por Dilma para, anos depois, referir-se aos impactos da crise internacional no Brasil).

Tsunami que, além das dificuldades gerais causadas para a economia brasileira, contribuiria para acelerar a mudança na posição do empresariado brasileiro, tornando menor a margem de conciliação entre as forças sociais e políticas.

Sem mudanças estruturais, --sem uma reforma tributária, sem um alongamento da dívida pública interna, sem quebrar o monopólio do setor financeiro privado etc.-- esgotou-se rapidamente a capacidade de investimento do Estado brasileiro.

Frustrou-se também a tentativa de forçar o oligopólio financeiro privado a investir na produção².

Frente a isto, o que fez o governo Dilma Rousseff no período 2011-2014?

Manobrou como pode o dia-a-dia do caixa governamental, manteve uma política ortodoxa de juros e cambial, depositou imensas expectativas no papel dinamizador da Petrobrás e apostou nas desonerações contra a "greve de investimentos" do setor privado, na expectativa de que o empresariado privado respondesse com manutenção de empregos, ampliação da produção e redução nos preços.

Como sabemos, as desonerações e subsídios ajudaram a manter os níveis de emprego; fora isto, o grande capital beneficiado pelas desonerações preferiu apostar nas possibilidades de especulação financeira abertas pelas altas taxa de juros.

Ao mesmo tempo, no período 2011-2014, o grande empresariado como um todo, inclusive os setores que haviam apoiado a política de conciliação, reclamavam uma mudança fundamental na "política econômica": que o governo detivesse e revertisse a política de ampliação do salário direto e indireto da classe trabalhadora.

Como o governo Dilma Rousseff não aceitou fazer isto, o resultado foi o deslocamento de setores cada vez mais amplos do grande capital em favor da oposição. Este deslocamento já havia sido antecipado pelos setores médios. E, o mais grave, foi acompanhado também do deslocamento de camadas populares, inclusive na classe trabalhadora. O que explica o fato da eleição de 2014 ter sido não apenas vencida por Dilma, mas também quase perdida.

A disputa presidencial de 2014 não apenas foi duríssima, como teve continuidade após as eleições. Alguns setores da esquerda reclamam da agressividade da direita, num tom indignado que apenas demonstra as ilusões que há na esquerda, tais como acreditar que a direita brasileira respeita as instituições, quando a vida e a história demonstra que sua (deles) visão é outra: para a direita e para as elites tudo, para os inimigos nem mesmo a lei.

A disputa eleitoral de 2014 teve continuidade em 2015, não apenas porque a direita sentiu **gosto de sangue**, mas também porque há um problema de fundo não resolvido.

E o problema de fundo não resolvido é o seguinte: a atual situação (política, econômica e social) não agrada a nenhuma das classes fundamentais da sociedade brasileira.

² A respeito, ler o texto de SINGER, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos* 102, pp. 43-71.

Estamos numa situação de **impasse estratégico**, não apenas tático, não apenas político, não apenas institucional.

É por isto que para os setores encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores não é suficiente manter o governo, conquistado legitimamente nas eleições de 2014.

É preciso achar caminhos para colocar o governo à serviço daquelas mudanças estruturais que deveriam ter sido feitas quando éramos mais fortes.

É por isto, também, que para os setores encabeçados pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) não é suficiente assumir o governo (agora via impeachment e eleições antecipadas; ou nas eleições presidenciais de 2018).

É preciso, do ponto de vista do PSDB e das forças que este partido representa, utilizar o governo federal para fazer uma contrarreforma conservadora, que não apenas desfaça o que de progressista fizeram os governos Lula e Dilma desde 2003, não apenas desmonte o que há de positivo na Constituição de 1988, mas que também inviabilize (pelo maior espaço de tempo possível) a esquerda brasileira. Por isto a sanha contra Lula, contra o Partido dos Trabalhadores, contra a Central Única dos Trabalhadores (CUT), contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), contra a esquerda em geral, colocada toda ela sob a etiqueta de “comunismo bolivariano do Foro de SP”.

É por isto, igualmente, que tanto a “terceira via” da Rede, quanto a “esquerda da esquerda” tentada pelo PSOL, gostando ou não disto, vem sendo obrigadas a se posicionar **nos marcos da polarização entre governo e oposição**, ou seja, se posicionar frente a disputa entre PT e PSDB, entre legalidade e golpismo, pois esta polarização é a expressão atual do conflito entre dois projetos de longo prazo existentes na sociedade brasileira desde os anos 1920, pelo menos.

No terreno da estratégia, o grande capital, a oposição de direita e o oligopólio da mídia tem como objetivos realinhar o país aos Estados Unidos; ampliar as taxas de exploração da classe trabalhadora; fazer com que a esquerda deixe de ser alternativa de governo e de poder.

No terreno da tática, contudo, há divisões importantes entre as forças conservadoras.

Isto ficou claro antes e durante a campanha eleitoral de 2014. As divisões prosseguem desde então.

Há diferenças importantes entre Moro (juiz responsável pela Operação Lava Jato, que se pretende uma versão local da operação “mãos limpas”), Aécio Neves (candidato a presidência da República pelo PSDB em 2014), José Serra (senador e candidato a presidência da República pelo PSDB em 2010 e 2002), Geraldo Alckmin (governador de São Paulo e candidato a presidente da República pelo PSDB em 2006), Michel Temer (vide presidente da República e ex-presidente nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB); Renan Calheiros, também do PMDB e presidente do Senado; e Eduardo Cunha, igualmente do PMDB e presidente da Câmara dos Deputados.

Também há diferenças importantes entre as organizações da direita “cozinha”³, as diferentes frações do capital e as várias empresas que integram o oligopólio da mídia.

³ “Coxinha” é um alimento salgado, composto por uma massa externa e um recheio interno, muito popular em bares e restaurantes brasileiros. A esquerda apelida os manifestantes da direita de “coxinhas”.

As diferenças entre uns e outros dizem respeito a como, de que forma, através de que meios, inviabilizar Lula, o PT e o governo Dilma. Na direita, no grande capital e no oligopólio midiático existem diferentes opiniões acerca de como e quando tentar fazê-lo. Algumas opiniões decorrem de finas análises estratégicas, outras de interesses estritamente pessoais.

Por exemplo, há os que consideram arriscado um impeachment, pois isto obrigaria a direita a assumir o governo e realizar um ajuste fiscal, atraindo contra si a oposição de toda a esquerda. Deste ponto de vista, preferem que o governo Dilma Rousseff faça o ajuste fiscal, entre em conflito com sua base social e crie um cenário que provoque a derrota de Lula (ou de quem venha a ser o candidato do PT) em 2018.

Outros argumentam que em 2005 a oposição de direita poderia ter afastado Lula, no curso da crise conhecida como “mensalão”⁴, mas optou por não fazê-lo; o PT recuperou-se, Lula foi reeleito, depois Dilma foi eleita e reeleita. Logo, para os que pensam assim, o melhor é afastar o PT imediatamente.

Em condições normais, as divisões na direita seriam de grande valia para a esquerda. Mas como a esquerda brasileira está profundamente dividida e sem uma política consistente, o que prevalece é o fato do governo e do PT serem alvo fixo para os ataques de todos os diferentes setores da direita.

Como nos desenhos animados: a barragem está rompendo e cada vez que o herói tampa um furo, outros furos aparecem.

Grosso modo, são duas as alternativas postas para as diferentes frações da oposição, do grande capital e do “PIG”⁵.

A primeira destas alternativas é manter o governo Dilma sob chantagem permanente, para que este aplique a política derrotada nas eleições de 2014, desgastando o PT ao ponto de perder a eleição presidencial de 2018.

A segunda alternativa é -- aproveitando-se da debilidade causada pela decisão do governo de fazer um ajuste fiscal que gera desemprego, redução salarial e nas políticas públicas -- afastar Dilma na primeira oportunidade, o que abriria três variantes: um governo provisório do atual vice-presidente Michel Temer; novas eleições presidenciais; ou a adoção do parlamentarismo.

As duas alternativas fazem uso de diferentes instrumentos, entre os quais a decisão do Tribunal de Contas da União recomendando rejeitar as contas do governo Dilma; o processo que o PSDB impetrou contra a campanha Dilma no Tribunal Superior

⁴ “Mensalão” foi um termo cunhado por um deputado da direita, que acusou o governo de pagar mensalmente um valor para os deputados votarem de acordo com o governo. Nunca foi provada a existência deste pagamento, muito menos mensal. Mas o oligopólio da mídia cunhou o termo, que sobreviveu mesmo depois que seu próprio autor disse que não havia pagamento mensal, e que ele apenas utilizará uma “força de expressão”.

⁵ PIG é uma sigla para designar o “Partido da Imprensa Golpista”. O nome é utilizado pela esquerda para deixar claro que o oligopólio da mídia comporta-se e na verdade é um partido político. O fato foi admitido pela própria presidenta da Associação Nacional dos Jornais, Maria Judith Brito, executiva do jornal Folha de S.Paulo, em entrevista ao jornal O Globo (18/3/2010), na qual declarou que “obviamente esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”.

Eleitoral; as manobras regimentais e antirregimentais do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; e a Operação Lava Jato⁶, dirigida pelo juiz Moro e apoiada na mídia, no Ministério Público e na Polícia Federal, operação que tem como objetivo quase declarado criminalizar o ex-presidente Lula.

Frente as duas alternativas da direita, há também grosso modo três posições na esquerda brasileira.

A primeira delas é fazer oposição ao governo Dilma. Como isto leva a uma aliança objetiva com a oposição de direita, os oposicionistas “de esquerda” adeptos desta alternativa dividem-se: entre os que apoiam um impeachment “en que se vayan todos”, os que são contrários ao impeachment e os que acham que o impeachment é apenas uma chantagem emocional da direita contra o PT e do PT contra a “esquerda da esquerda”.

A segunda alternativa é adotada pelos setores da esquerda que defendem o governo Dilma contra o impeachment, mesmo que a custo de acordos com setores da centro-direita (tanto da base do governo quanto da oposição de direita), deixando em segundo ou terceiro plano o tema da política econômica.

A terceira alternativa consiste em defender o governo e também defender uma mudança na política econômica. Ou, para ser mais exato, os partidários desta posição consideram que só teremos êxito na defesa do governo se este mudar a política econômica. Esta posição é a da Frente Brasil Popular, criada no dia 5 de setembro de 2015 e integrada, entre outros, pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Partido Comunista do Brasil, pela CUT, pela UNE e pelo MST.

As três posições existentes na esquerda são todas elas “incômodas”, contraditórias.

Não seria contraditório nem incômodo estar apoiando as ações do governo Dilma em favor das reformas democráticas e populares. Mas este cenário foi descartado, devido as opções feitas pela presidenta Dilma Rousseff depois do segundo turno de 2014, opções inicialmente apoiadas pelo silêncio passivo e/ou pela cumplicidade ativa da maioria do Diretório Nacional e da maioria dos delegados ao 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores⁷.

Fora esta opção descartada, as demais são incômodas e contraditórias. Os que dizem que a prioridade é defender o governo, independente de sua política econômica, sabem que estão fazendo uma declaração meramente retórica, pois a política econômica fez a popularidade do governo cair abaixo dos 10 pontos percentuais.

Os que defendem oposição e queda do governo, sabem que no seu lugar viria um governo de direita, extremamente agressivo contra toda a esquerda, inclusive contra a “esquerda da esquerda”.

E os que defendem -como é o caso do autor deste texto- uma mudança imediata e radical na política econômica, sabem que isto implicará em mudar de estratégia, no pior momento tático.

⁶ Para compreender a Operação Lava Jato, recomenda-se ler o texto de NASSIF, L. (14/10/2015): *Assim a “Lava Jato” copia as “Mãos Limpas”*. Recuperado no dia 21/10/2015, no <http://outras-palavras.net/outrasmidias/?p=218373>.

⁷ Importante dizer que estes delegados e esta direção foram eleitos no ano de 2013. Não se sabe ao certo o que pensa e defende a base partidária. Mas em outubro de 2015, quando revisávamos este texto, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, já fazia críticas públicas à política econômica.

Fazer isto não constitui apenas uma dificuldade objetiva (mudar quando se está mais fraco), mas também uma dificuldade subjetiva. Pois uma parcela importante da esquerda brasileira simplesmente não consegue pensar em termos de outra estratégia. E outra parcela importante da esquerda brasileira não consegue imaginar como fazer para transitar da atual para outra estratégia.

Portanto, para os setores da esquerda que integram a Frente Brasil Popular⁸, trata-se de construir na teoria e na prática uma mudança de tática e uma transição de estratégia.

Não se trata apenas de ter uma tática que nos permita derrotar a direita na batalha do dia. Trata-se de ter uma tática que nos permita, além de derrotar a direita na batalha do dia, acumular no sentido de outro desfecho estratégico.

Noutras palavras, as forças que integram a Frente Brasil Popular avaliam que, mantida a atual estratégia, o desfecho será a derrota do chamado campo popular, agora ou mais adiante, por ação externa ou por suicídio em doses homeopáticas.

Construir na teoria a transição de estratégia supõe, entre outras coisas, entender e explicar como se encadeiam a estratégia adotada pelo PT em 1995, a “Carta aos Brasileiros” de 2002, a política do ministro da Fazenda Antonio Palocci em 2003 2004, a crise do “mensalão” em 2005, a inflexão desenvolvimentista feita pelo governo Lula entre 2006 e 2010, os ziguezagues da política econômica do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff de 2011 a 2014, a política de alianças com partidos de centro-direita etc.

O desafio de criticar a estratégia adotada desde 1995 e aprofundada a partir de 2003 enfrenta uma dificuldade adicional: parte dos que criticam a “direitização” do PT e dos governos Lula-Dilma, adotam parâmetros “teóricos” similares aos da estratégia criticada!

Por exemplo: do mesmo jeito que os chamados “moderados do PT” hipertrofiaram o papel da ação institucional, vários setores críticos hipertrofiaram o papel isolado da luta social. Uns e outros não conseguem articular (na teoria e na prática) luta social, luta institucional, luta cultural e construção de instrumentos organizativos (tais como Partido, Central sindical, movimentos etc.).

Não admira, portanto, que tantas pessoas saiam do PT criticando as “alianças com a direita”, para acabar aliando-se com a direita contra o PT.

Nem admira que críticos do “lulismo” se convertam, como por passe de mágica, em defensores de pactos nacionais (semelhantes ao chamado lulismo) para sair da atual crise política e econômica.

Embora o debate sobre a construção de outra estratégia inclua aspectos de alguma complexidade, sua essência é bastante simples: trata-se de recuperar o apoio junto à classe trabalhadora, criando as condições sociais indispensáveis para derrotar o grande capital, a oposição de direita e o oligopólio da mídia, em favor de um desenvolvimentismo democrático-popular e articulado com o socialismo.

⁸ Maiores informações sobre a Frente Brasil Popular em Altman, B. (11/9/2015). *O que é a Frente Brasil Popular*. Recuperado no dia 21/10/2015 no: <http://frentebrasilpopular.com.br/>

Mutatis mutandis, a essência da reorientação tática também é muito simples e resume-se em duas ideias:

*a melhor maneira de defender as liberdades democráticas, a legalidade e o governo Dilma, bem como lançar as bases para um desempenho satisfatório nas eleições municipais de 2016 e para uma vitória nas eleições gerais e presidenciais de 2018, é mudar a política econômica, abandonando o ajuste fiscal recessivo e neoliberal:

*não é possível derrotar o golpismo, confiando no bom comportamento de uma parcela dos golpistas.

No que consiste uma mudança imediata e radical na política econômica? Reduzir a taxa de juros, alongar o pagamento da dívida pública, estabelecer controle de câmbio, lançar mão das reservas internacionais, tomar medidas tributárias progressivas com destaque para o imposto sobre grandes fortunas, cumprir o orçamento, retomar o papel da Petrobrás e do Minha Casa Minha Vida.

Numa palavra, parar o ajuste fiscal recessivo e colocar novamente o Estado à serviço do crescimento com e através da distribuição de renda.

Evidente que uma mudança na política econômica vai acentuar o conflito com setores da direita, portanto só é sustentável mudar a política econômica se também mudar a política geral do governo, inclusive para enfrentar as eleições municipais de 2016, que serão precedidas pelas Olimpíadas.

A única saída consistente (seja no sentido de permitir uma vitória tática em 2016 e 2018, seja no sentido de engatar em outra orientação estratégica que leve às reformas estruturais) está em mudar a política econômica, reatar laços com nossa base social e mobilizar esta base social contra o golpismo.

Quando se fala em **reatar laços com nossa base social**, não se mira apenas os dezenas de milhares que vão às marchas, manifestações e congressos. Fala-se isto sim das dezenas de milhões que nos apoiaram nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, mas que agora estão decepcionados e em muitos casos em franca oposição ao governo Dilma e ao PT.

A dificuldade de compreender as causas estratégicas da crise política, somada a dificuldade de aceitar que o desafio principal reside em recuperar o apoio daquelas dezenas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, ajuda a entender a gangorra emocional que tem vitimado amplos setores da esquerda brasileira desde o final de 2014.

Em uma questão de dias, as mesmas pessoas passam da convicção de que “o pior já passou” para a certeza de que “agora acabou”. Sempre parece que o pior já passou, mas como as causas de fundo da crise política são estruturais, parte da esquerda oscila entre um fim horroroso e um “horror sem fim”.

Ajuda nesta gangorra emocional, também, a visão equivocada acerca da existência de uma “conspiração unificada” da direita contra a esquerda. Quando na verdade, como já dissemos antes, há várias direitas e várias táticas, sendo que o fracionamento da esquerda e sua política errada fazem com que a “pluralidade” se converta num ponto de força para as direitas. Cada vez que a esquerda neutraliza um ataque vindo de um lado, aparece de outro lado outro ataque.

Para concluir, qual o impacto que esta crise terá sobre o futuro da esquerda brasileira?

Em muitos setores, tanto da direita quanto da esquerda, há uma firme convicção de que teria se encerrado o ciclo do PT. Para a direita, isto seria uma ótima notícia. Para a esquerda não, pois se fosse verdade que o ciclo petista encerrou-se, isto implicaria em que durante uma ou duas décadas a esquerda deixará de ser alternativa de governo e de poder. O que significa dizer que o futuro do Partido dos Trabalhadores não é apenas um problema tático, mas também um problema estratégico; não é um problema apenas dos petistas, mas também do conjunto da esquerda brasileira.

Parte importante da esquerda brasileira, mesmo aquela que tem críticas à conduta atual ou passada do PT, reconhece ser necessário defender o PT e Lula, manter o governo Dilma e impedir a direita de vencer as eleições de 2018.

É possível conseguir um ou alguns destes objetivos, isoladamente. Mas só é possível conseguir todos se o governo Dilma Rousseff mudar sua política econômica e se o Partido dos Trabalhadores modificar sua estratégia. Por isto a “luta interna” do PT não é um problema “interno” do PT, que interessaria apenas aos petistas.

Quais as chances do PT mudar sua estratégia? Muito pequenas, pois em favor da manutenção da atual estratégia convergem, dentro e fora do PT:

- *os que desejam manter a estratégia de conciliação;
- *os que desejam mudar a estratégia, mas não sabem como e por isto nada fazem;
- *os que não acreditam mais ser possível mudar a estratégia do PT;
- *os que consideram que o PT é o inimigo estratégico;
- *sem falar na ação da direita, que empurra parte da esquerda para o “estatismo”.

Apesar das chances serem pequenas, lutar pela mudança na estratégia do PT é a chave para fazer mudanças estruturais no Brasil, sejam reformistas e/ou revolucionárias, progressistas e/ou democrático-populares, capitalistas e/ou socialistas (Pomar, 2014b).

Isto porque a história do Brasil é de modernização conservadora, de pacto entre as elites. Neste contexto, a esquerda oscilou entre o isolamento e a cooptação.

A grande novidade do ciclo encabeçado pelo PT foi escapar desta dupla maldição, construindo uma **esquerda de massas e transformadora**.

E a grande tragédia do último período foi ver parcela crescente do petismo capturada pelo “modo normal” de funcionamento da política brasileira: o pacto conservador.

Se o PT não conseguir libertar-se desta situação, isto pesará de maneira brutal sobre as futuras gerações da classe trabalhadora brasileira, tornando muito mais difícil a luta por transformar o Brasil em favor dos explorados.

A estratégia de conciliação possui raízes profundas. Combatê-la exige expor estas raízes, demonstrar os limites do taticismo, construir caminhos para derrotar a direita e ao mesmo tempo defender nosso acúmulo governamental desde 2003.

É uma tarefa de médio prazo, na qual podemos fazer tudo certo e ainda assim sermos derrotados, uma vez que os inimigos de classe beneficiam-se dos erros cometidos pelo governo e pela esquerda política e social.

Alguns setores da esquerda acreditam que combater a estratégia da conciliação exige derrotar o PT, ou seja, que o PT é o inimigo estratégico.

Algumas organizações de esquerda acreditam que adotar uma diretriz anti-petista os coloca em sintonia com amplos setores da classe trabalhadora, que estão irritados com o PT.

O que estas organizações de esquerda anti-petistas não percebem é que parte importante dos amplos setores da classe trabalhadora desgostosos com o PT, estão sob hegemonia da direita; e será esta direita, e não a “esquerda da esquerda”, quem colherá os frutos de uma eventual derrota do PT. Derrota que, repetimos, poderá ocorrer independente dos melhores esforços que façamos, devido à confluência entre acertos do lado de lá e erros do lado de cá.

Seja como for, o principal desafio e objetivo do petismo é reconquistar o apoio da classe trabalhadora (com destaque para os jovens trabalhadores e jovens filhos de trabalhadores), o que depende em grande medida do PT mudar de estratégia e do governo mudar de política econômica.

Portanto, mesmo quando a “esquerda da esquerda” tratar o PT como inimigo e muitas vezes se converta objetivamente em inimiga do PT, o foco do PT deve ser sempre recuperar o apoio da classe trabalhadora.

Dissemos antes que são pequenas as chances de alterar a estratégia do PT e de mudar a política econômica do governo Dilma Rousseff, especialmente em tempo disto ter impacto positivo nas eleições de 2016 e 2018. Trata-se em certo sentido de uma “aposta”.

“Apostas” semelhantes foram feitas, ao longo da história, por forças políticas e sociais que enfrentaram situações muito mais difíceis do que a atualmente experimentada no Brasil. Algumas vezes tiveram êxito, outras não. O caso é que não existe alternativa melhor do que lutar e buscar vencer. Pois desistir de tentar não contribuirá para construir uma alternativa melhor para a classe trabalhadora, nem agora, nem futuramente.

A “aposta” em disputar os rumos do PT e do governo Dilma Rousseff se baseia, também, numa análise das trajetórias de indivíduos e grupos que saíram do PT desde 1989; bem como na análise das experiências do Partido Comunista e do Partido Trabalhista, e do conjunto da experiência da esquerda brasileira anterior ao PT. Tal análise não responde o que devemos fazer agora, mas ajuda a colocar o problema em perspectiva histórica. O que se pode fazer, também, estudando experiências da esquerda em outros países. Destaco o caso do Partido Comunista Italiano e da Refundação Comunista (Magri, 2015).

Por fim: se for verdade a premissa de que estamos diante de impasses estratégicos, não apenas de impasses táticos, isto significa que estamos diante do fim de um ciclo na história do país, o que abre pelo menos uma bifurcação: ou um ciclo de transformações populares ou um período mais ou menos longo de reação.

A predominância de um ou de outro caminho depende, em parte, da coesão ou da dispersão da esquerda política e social. Mais um motivo para não desistir da disputa pelos rumos do governo Dilma, do conjunto da esquerda e do Partido dos Trabalhadores, bem como para construir a Frente Brasil Popular.

Bibliografia

MAGRI, Lúcio (2015). *O alfaiate de Ulm. Uma possível história do Partido Comunista Italiano*. São Paulo: Boitempo.

POMAR, Valter (2014a). *A estrela na janela*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.

POMAR, Valter (2014b). *A foice, o martelo e a estrela*. São Paulo: Editora Página 13.

POMAR, Wladimir (2015). *O enigma chinês*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.

REGALADO, Roberto. POMAR, Valter (2013). *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.